

A INFORMAÇÃO TECNOLÓGICA NO ÂMBITO DA PUBLICAÇÃO GOVERNAMENTAL

Francisco das Chagas de Souza

Departamento de Biblioteconomia e Documentação
Universidade Federal de Santa Catarina
88000 Florianópolis, SC

Tece considerações acerca da publicação do conteúdo de informação tecnológica nas publicações governamentais brasileiras, e conclui pela necessidade de ampliação do controle bibliográfico destas, a fim de aumentar o benefício para a sociedade.

A publicação governamental no Brasil é muito ampla. Envolve os documentos oficiais propriamente ditos e todas as publicações geradas nos demais organismos que fazem parte do governo,¹ o que não é diferente em outros países do bloco capitalista, onde o Estado tem se imiscuído de forma densa na economia. A diferença, no entanto, é que em alguns desses outros países a informação alcança mais amplamente a população. Se não diretamente, pelos menos a partir da elaboração regular de publicações secundárias.²

Apesar das restrições sempre existentes quanto à divulgação de certos conteúdos considerados de segurança do Estado, ainda assim as referências bibliográficas desses documentos, em algumas circunstâncias, são publicadas para que a sociedade tome conhecimento do raio de ação dos organismos do governo. Isto ocorre por força de uma concepção democrática de que a sociedade, como mantenedora do governo, deve ao menos ter conhecimento da ação de pesquisa e da ação administrativa das entidades oficiais ou semioficiais.³ A observância de tal tipo de comportamento levará sempre as autoridades do Estado a possibilitarem que outros organismos desse mesmo Estado, ou organizações privadas, realizem tal tipo de trabalho. Assim, órgãos centrais de controle bibliográfico — biblioteca nacional, entidades de produção bibliográfica, empresas de indexação e resumos — recebem dados sobre os documentos produzidos ou em produção e os divulgam a nível nacional ou internacional, para que pesquisadores tomem conhecimento do que está surgindo de novo, do que surgiu de novo, e para que o público possa efetuar discus-

sões sobre o rumo da ação do governo, adquirindo condições de pressionar os congressistas e as entidades públicas no sentido de produzirem os serviços que determinam sua razão de ser, e também votar melhor.

Desse modo, entre as informações mais relevantes produzidas pelos governos ocidentais encontram-se as informações de cunho tecnológico. No Brasil, podemos ter idéia de grandeza dessa produção principalmente pelo fato de as grandes companhias nacionais pertencerem ao Estado e, por suas dimensões, estarem produzindo pesquisa e tecnologia. Algumas delas, aliás, possuem centros de pesquisa possíveis de serem colocados entre os melhores de seu campo. Assim, empresas como a Petrobrás, Eletrobrás, Companhia Vale do Rio Doce, Empresa Brasileira de Aeronáutica, entre outras, têm uma gama muito grande de informações registradas em documentos que não constituem segredos industriais e cuja ampla divulgação seria vantajosa para a sociedade brasileira.

Essa ampla divulgação significa sua publicação em fontes secundárias — bibliografias, índices, etc. — das quais o País é muito carente. Assim, quando surgiu a publicação da Câmara dos Deputados, *Bibliografia de Publicações Oficiais Brasileiras*,⁴ em 1981, abriram-se expectativas muito grandes de que sua existência reverteria essa obscuridade da informação tecnológica gerada no âmbito governamental, não porque fosse essa a sua finalidade, mas porque se propunha dar uma cobertura periódica daquilo que o Estado vinha produzindo. Saíram até agora os quatro primeiros volumes, cobrindo o período de dez anos, de 1975 a 1984. Pode-se verificar neles que, apesar da grande tentativa, pouco pôde ser alcançado. Mesmo o grande número de publicações governamentais ali arroladas representa ainda uma visão demasiado parcial dessa produção, porque limitada à área federal. Embora faça uma cobertura da maioria dos organismos vinculados aos ministérios do Poder Executivo, sejam, juridicamente, empresas, fundações ou autarquias, alcançou nestes anos o arrolamento de pouco mais de 30.000 itens.

No entanto, conquanto o Poder Executivo do Estado Federal brasileiro possua mais de 400 organismos indiretamente vinculados, o Estado brasileiro de âmbito estadual e municipal possui um número cinco ou seis vezes maior, que, mesmo não editando propriamente informação tecnológica industrial, edita outro tipo de informação tecnológica (de cunho comercial, de planejamento, etc.).

Com isso, enquanto no âmbito federal se tenta coletar o que é possível, no âmbito estadual não foi feito praticamente nada. Segundo levantamento que fizemos,⁵ o controle bibliográfico de publicações oficiais governamentais não se dá em mais do que meia dúzia de estados brasileiros, e isso de forma um tanto imprecisa e à medida que as entidades governamentais resolvem atender à legislação estadual existente sobre controle bibliográfico. E no âmbito municipal não existe praticamente qualquer informação a respeito.

Ao mesmo tempo, se consultarmos a *Bibliografia Brasileira* (v.I, 1983),⁶ produzida pela Biblioteca Nacional, constataremos a diminuta cobertura dessas

publicações. Naturalmente não se pode afirmar que houve uma redução da presença dessas publicações naquela fonte, pois sabe-se que sua função é espelhar o cumprimento da Lei de Depósito Legal nacional, instituída pelo Decreto nº 1.825, de 1907, e por esse meio possibilitar a realização de um controle bibliográfico nacional. Como resultado da análise pode-se deduzir que o problema é de âmbito pessoal, isto é, as pessoas que administram a informação ou os recursos para a geração da informação nos organismos do Estado não percebem o valor de sua difusão. Constatação semelhante foi feita por Gorman & Mahone⁷ em relação a países da Comunidade Britânica na África e pelo bibliotecário da Leeds Polytechnic Library, Barry Nutall,⁸ em relação aos governos locais na Inglaterra.

No entanto, essa concepção acomodada da realidade precisa se alterar muito mais rapidamente do que as pessoas podem imaginar. Isso porque o Brasil vem tomando um impulso industrial que não justifica a evolução tão vagarosa do controle bibliográfico da informação tecnológica no âmbito da publicação governamental. Um exemplo disso é que muito esforço se gasta para recuperar uma informação existente num organismo e produzida por esse organismo, justamente porque não se pode, através de uma fonte secundária alcançá-lo, localizá-lo e recuperá-lo.

Os títulos dos estudos seguintes apenas demonstram o quanto é importante eles estarem registrados em uma bibliografia e felizmente estão. A existência deles é muito importante para encorajar os industriais de madeira e papel a se envolverem com a ampliação de suas atividades e que talvez de outro modo não pudessem tomar conhecimento.

- **Projeções de demanda de painéis à base de madeira no Brasil, 1975-2000.** Brasília, IBDF, 1977. 72 p.
- **Projeções de demanda de papel no Brasil, 1975-2000.** Brasília, IBDF, 1977.

Mesmo na hipótese de tais trabalhos estarem defasados a esta altura, considerando a dinâmica da atividade econômica, ainda são instrumentos importantes de orientação. É a típica informação tecnológica, não no sentido de indicar como fazer, mas no sentido de indicar um potencial de trabalho para um segmento industrial. Aliás, é preciso lembrar que, segundo a FID, Informação Tecnológica é toda aquela "relevante para operar uma empresa técnica, econômica, de mercado, gerencial, social, etc".⁹

Desse modo, poderíamos encontrar outros documentos com informações tecnológicas que teriam a função de indicar o como fazer; por exemplo:

- **Manual de técnicas de laboratório e fabricação de açúcar de cana.** Rio de Janeiro, Instituto do Açúcar e do Alcool, 1975. 359 p.

Ou encontraríamos ainda:

- **Terreiros secadores, lavadores e tulhas para café: recomendações técnicas sobre instalações e equipamentos de preparo de café pós-colheita.** Rio de Janeiro, Instituto Brasileiro do Café, 1977. 22 p.

No âmbito da pesquisa podemos encontrar, entre as publicações governamentais, documentos como

- **Análise ambiental e evolução tectônica sinsedimentar da seção siluroeocarbonífera da Bacia do Maranhão.** Rio de Janeiro, Petrobrás. Centro de Pesquisas e Desenvolvimento, 1975. 48 p.

Ou ainda pesquisa pura do tipo

- **Equações diferenciais hiperbólicas.** Rio de Janeiro, Instituto de Matemática Pura e Aplicada, 1977. 178 p.
- **Física estatística quântica.** São José dos Campos, Centro Técnico Aeroespacial, 1977. 363 p.

Todos os exemplos acima foram extraídos do volume 1 da Bibliografia de Publicações Oficiais Brasileiras, área federal, 1975/77. Porém, o que se obtém da produção bibliográfica das companhias de pesquisa, das instituições de preservação ambiental, entre outras, ligadas aos governos estaduais e municipais? Em alguns raros casos, muito mais por esforço pessoal dos profissionais de Biblioteconomia/Informação encontra-se algum catálogo ou alguma bibliografia arrolando parcialmente a produção oficial do Estado. É o caso da *Bibliografia maranhense de documentos oficiais*,¹⁰ editada pela Coordenadoria de Informação para o Planejamento, da Secretaria de Coordenação de Planejamento do Estado, em 1982. Esse esforço, no entanto, sofre muito, especialmente porque as autoridades têm uma tendência a não compreender a importância de publicações dessa natureza, pois elas não lhes permitem o usufruto de votos. Publicações desse tipo são muito mais de rendimento social, intelectual, do que de rendimento individual e político. Daí que essa atividade é sempre postergada e justificada pela limitação de recursos.

Sabemos, porém, que não é a limitação de recursos o determinante desta incúria, mesmo porque a maioria dos organismos estatais possui gráficas ou capacidade financeira para mandar imprimir publicações. Um exemplo é a tentativa de se tentar reduzir, através da legislação federal, a instalação de gráficas nos organismos estatais federais. A limitação mesmo se dá pela pouca atração que esse tipo de publicação teria para o setor gráfico-editorial privado, ou seja, a inexistência de concorrência. De outro lado, da mesma forma que quase inexistente a publicação de fontes secundárias, também é pequena a educação dos indivíduos no sentido de usar as existentes, antes de iniciar qualquer trabalho intelectual. Assim, fecha-se um círculo para cuja modificação cabe um esforço muito grande do pessoal de Biblio-

teconomia/Informação: educando, orientando e produzindo o material de controle bibliográfico.

Isso vai exigir atuação mais dinâmica das sociedades científicas, atuação mais dinâmica da universidade, atuação mais dinâmica das instituições de pesquisa; mas tal só ocorrerá na medida em que melhores quadros de especialistas em informação forem sendo gerados pelas escolas de Biblioteconomias e Documentação, ou Biblioteconomia e Informação, no País.

Assim se compreende o trabalho significativo do ex-IBBD e do seu sucessor – IBICT – na capacitação de especialidades e mestres em Ciência da Informação, que vieram trazer uma nova concepção do trabalho de informação no Brasil. Também o seu trabalho de publicação e de incentivo à publicação de fontes secundárias nas diversas áreas, tendo recém-financiado a edição dos números 3/4 do volume 1, da Bibliografia Brasileira, editada pela Biblioteca Nacional. Porém muito mais do que isso precisa ser feito, pois mesmo os esforços recentes da Coordenadoria de Informações Tecnológicas, da Secretaria de Tecnologia Industrial do MIC, ainda não somam significativamente a nível editorial. No entanto, esta, ao apoiar a realização dos Cursos de Especialização em Informação Tecnológica, juntamente com o IBICT, pelo Departamento de Biblioteconomia e Documentação da Universidade Federal de Santa Catarina, certamente veio dar um passo muito importante. Muito importante porque os alunos ali especializados tiveram oportunidade de se preparem para colocar à disposição da pequena e média empresas do País as informações necessárias ao desenvolvimento e também dispor de informações tecnológicas (com o apoio de boas fontes secundárias). E a maior parte das informações tecnológicas que temos produzidas no País estão hospedadas em publicações governamentais.

Comunicação recebida em 2.07.86

Abstract:

The technological information in the sphere of the Governmental Publications

Considerations about the publications of technological information content in the sphere of the Brazilian Governmental publications. Concludes for the need to amplify the bibliographical control in order improve their dissemination.

NOTA E REFERÊNCIAS

NOTA E REFERÊNCIAS

1. SOUZA, F. C. Publicações oficiais: Por quê? Para que? *Cadernos do CED*, Florianópolis, 1(2):80-112, abr./jun. 1984.
2. "Publicação secundária é qualquer publicação em formato impresso (hard) ou eletrônico (soft) que proporciona uma indicação ou mapeamento dos documentos primários"

A Informação Tecnológica...

- NORTON, T. Secondary publications have a future in libraries. *Aslib Proceedings*, London, 36(7/8):317-323, July/Aug. 1984.
3. CHERNS, J. Government publishing: an overview. *IFLA Journal*, 4(4):351-359, 1978.
 4. BIBLIOGRAFIA DE PUBLICAÇÕES OFICIAIS BRASILEIRAS, Brasília, v.1, 1981, v.2, 1983; v.3 1983; v.4, 1986.
 5. SOUZA, F. C. A participação da biblioteca pública estadual brasileira no controle bibliográfico da publicação oficial. Florianópolis, 1985. 43 f. Relatório de Pesquisa.
 6. BIBLIOGRAFIA BRASILEIRA, Rio de Janeiro, v.1, 1983.
 7. GORMAN, G. E. & MAHONEY, M. Current national bibliography in developing countries of the Commonwealth. *Libri*, 33 (3):177-189, Sept. 1983.
 8. NUTTALL, B. Local government information: a grey area. *Aslib Proceedings*, London, 34(11/12):473-479, Nov./Dec. 1982.
 9. PANORAMA. *Ciência de Informação*, Brasília, 10(2):79-82, jul./dez. 1981.
 10. BIBLIOGRAFIA MARANHENSE DE DOCUMENTOS OFICIAIS, São Luís, v.1, 1982.